

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
Nº , DE 2019

(Da Sra. Deputada **PROFESSORA ROSA NEIDE**)

Requer a realização de Audiência Pública sobre educação e os direitos de LGBTI+: construção de uma cultura de respeito e enfrentamento ao preconceito e à discriminação nas instituições educativas.

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 24, incisos III e XIII, combinado com o art. 32, inciso IX, “a” e “b”, e o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, ouvido o Colegiado desta Comissão, a realização de Audiência Pública com o tema: Educação e os direitos de LGBTI+: construção de uma cultura de respeito e enfrentamento ao preconceito e à discriminação nas instituições educativas”

Sugerimos como participantes:

Representação do Conselho Nacional de Educação (CNE)

Clóvis Arantes – Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual

Representação da CNTE

Representação ABGLT

Deborah Duprat – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

Referência acadêmica no campo da educação e direitos humanos

JUSTIFICAÇÃO

As lutas de décadas e décadas, no campo da educação, da saúde, da cultura, da segurança pública ganharam importante nível de reconhecimento pelo poder público e, em 2004, o governo criou o programa Brasil sem Homofobia, marco para as ações de combate à homofobia e promoção da cidadania, a permear diversos ministérios. O Brasil aprovou, em 2009, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, elaborado por uma Comissão Técnica Interministerial, refletindo os esforços conjuntos de vários ministérios e entidades da sociedade civil.

Não podemos descontinuar a trajetória de conquistas em termos de respeito à dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência. A educação e escola possuem papéis estratégicos em tal direção.

As lutas pela promoção de uma educação que reconheça a diversidade de orientação sexual e gênero e enfrente preconceitos e discriminações são desafiadoras e julgamos que a Comissão de Educação não deve se furtar de promover este importante debate.

Solicitamos o apoio para que o debate possa ser feito na Comissão de Educação emprestando contribuição para a promoção de ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos, incluindo as escolas.

Sala da Comissão, de julho de 2019

Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE
(PT-MT)